



Prefeitura de São João de Meriti - RJ
*Professor II (Da Creche Escolar ao
5º Ano do Ensino Fundamental)*

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura, compreensão e interpretação de textos.	1
Vocabulário: sentido denotativo e conotativo, sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia e polissemia.	2
Ortografia: emprego das letras, das palavras e da acentuação gráfica.	3
Pontuação: emprego de todos os sinais de pontuação.....	4
Classes de palavras: pronomes - classificação, emprego e colocação pronominal (próclise, ênclise e mesóclise);	8
verbos - emprego dos modos e tempos, flexões dos verbos irregulares, abundantes e defectivos	12
vozes verbais.....	17
preposições - relações semânticas estabelecidas pelas preposições e locuções prepositivas; conjunções - classificação, relações estabelecidas por conjunções, locuções conjuntivas; substantivos - classificação e flexões; adjetivos - classificação e flexões.	18
Concordância nominal e concordância verbal	27
Regência nominal e regência verbal.	29
Emprego do acento indicativo de crase.	32
Exercícios	33
Gabarito.....	43

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Lei Orgânica do Município de São João de Meriti/RJ	1
Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de São João de Meriti/RJ (Lei nº 258, de 14 de maio de 1982 e suas alterações)	36
Lei nº 2.243, de 02 de março de 2021 – Institui e disciplina a organização do Sistema Municipal de Ensino (SME) do município de São João de Meriti/RJ e dá outras providências	36
Lei nº 2.244, de 02 de março de 2021 – Altera a redação das Metas e inclui, modifica e retifica Estratégias no Anexo do Plano Municipal de Educação do Município de São João de Meriti (Lei Municipal nº 2.004 de 17 de junho de 2015) e dá outras providências.....	51
Regimento das Unidades Escolares do Município de São João de Meriti/RJ	120

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

Lei Federal nº 9.394 de 20/12/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira	1
Diretrizes Curriculares Nacionais: Parecer 04 CNE/SEB/98.....	28
Resoluções 02 CNE/SEB/98	37
Resoluções 01 CNE/SEB/06.	39

SUMÁRIO



Lei Federal nº 10.793, de 01/12/2003 – Altera a redação do art. 26, § 3º, e do art. 92 da Lei 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional	39
Lei Federal nº 10.639/03 – Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências	40
Lei Federal nº 10.639/03 – Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências....	40
Lei Federal 11.274, de 06/05/06 – Altera a redação dos artigos 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o Ensino Fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade.	41
Lei Federal nº 12.796, de 04/04/2013 – Altera a Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dá outras providências.	42
Resolução nº 4/10 – Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.	44
Resolução nº 7/10 – Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.	60
Parecer nº 11/2010 que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.....	72
Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/90	95
Lei Brasileira de Inclusão – Lei nº 13.146/15.....	161
Lei Brasileira de Inclusão – Lei nº 13.146/15.....	191
Base Nacional Comum Curricular/2018	215
Lei Federal 11.645/2008 - Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.....	271
Desemparedamento da infância – Criança e natureza.	271
Exercícios	272
Gabarito	276

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão de textos	1
Variação linguística.....	1
Usos da língua padrão. Adequação da linguagem às diferentes situações de comunicação.....	2
Ortografia.....	4
Acentuação gráfica.....	4
Valor semântico e morfológico dos elementos mórficos. Estrutura e formação de palavras.....	4
Emprego e função das diversas classes gramaticais na construção de sentido do texto. Flexão verbal. Emprego, função e valor semântico de tempos, modos e vozes verbais.	
Correlação entre tempos verbais	5
Concordância verbal. Concordância nominal.....	5
Regência nominal e verbal.....	5
Ocorrência da crase	6

SUMÁRIO



Emprego dos sinais de pontuação	6
Exercícios	6
Gabarito	7

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - MATEMÁTICA

Números e Operações: operações com números reais; resolução de problemas envolvendo as operações de adição, subtração, multiplicação, divisão e potenciação; múltiplos e Divisores	1
Regra de três simples	18
Porcentagem	21
Princípio Multiplicativo	24
Resolução de situações problemas envolvendo equações e sistemas do 1º grau	33
Espaço e forma: conservação, redução e ampliação de perímetro e área das principais figuras planas usando malhas quadriculadas. Cálculo de áreas e perímetros. Volume dos principais sólidos geométricos	40
Grandezas e Medidas: sistemas de medidas de comprimento, área, capacidade, volume, massa e tempo	61
Figuras tridimensionais e suas respectivas planificações. Arestas, vértices e faces de um sólido	64
Proporcionalidade direta e inversa	76
Construção e interpretação de tabelas e gráficos	79
Exercícios	88
Gabarito	94

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - HISTÓRIA

Transformações e permanências: tempo do indivíduo e o tempo social; tempo cronológico e tempo histórico, características dos sistemas sociais e culturais, registro de tempo ao longo da história	1
Diferenças socioculturais que caracterizam os espaços sociais (escola, a localidade, a cidade, o país e o mundo), reconhecimento, valorização e respeito aos direitos humanos e à diversidade cultural como fundamentos da vida social	5
Formação histórica brasileira: o estudo e a análise de situações históricas – o período da colonização, processo de independência, período monárquico, a República, desenvolvimento e consolidação da democracia	24
inserção no mundo globalizado	79
reconhecimento e valorização da diversidade, responsáveis pela construção das identidades individual e coletiva	90
Influências da História nas formas de convivência e organização social do tempo presente e do passado	90
As relações sociais de trabalho ao longo da história impactos da tecnologia nas transformações dos processos de trabalho, relações entre trabalho e cidadania, trabalho urbano e trabalho rural	92
Exercícios	94
Gabarito	100

SUMÁRIO



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - GEOGRAFIA

A Educação Geográfica e o Ensino Fundamental: o papel da Geografia na sociedade contemporânea e na formação do indivíduo	1
Habilidades específicas para a alfabetização geográfica: lateralidade, proporção, temporalidade, percepção sensorial, percepção do ambiente físico e da paisagem, percepção social e identitária e noções de sociedade, cidadania, lugar, espaço e território	34
Os processos da dinâmica natural (geológicos, geomorfológicos, climáticos, hidrológicos, botânicos) e as formas espaciais resultantes.....	46
Fundamentos da Cartografia: orientação e localização, convenções, escalas, projeções, formas de representação espacial e fusos horários.....	47
Fundamentos da Demografia: distribuição espacial da população, dinâmicas do crescimento demográfico, estrutura populacional	54
movimentos populacionais. desigualdades socioeconômicas e questões étnicas e de gênero .	68
O universo do trabalho: os setores da economia, as atividades econômicas, as profissões, a relação cidade/campo	75
Sustentabilidade: aproveitamento econômico e gestão dos recursos naturais, problemas ambientais resultantes, iniciativas para a conservação do meio ambiente e responsabilidade social e individual	77
As diferentes escalas de organização espacial e regional: residência, rua, bairro/comunidade, cidade/município, estado, regiões, país, continente e mundo.....	80
Exercícios	81
Gabarito.....	86

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - CIÊNCIAS

A interdisciplinaridade e a contextualização no ensino de Ciências	1
Papel do professor e papel do aluno no processo de ensino e aprendizagem.....	2
Diferença entre o enfoque analítico ou reducionista e enfoque sistêmico no ensino de Ciências.	6
O papel e a importância da experimentação e do estudo do meio no ensino de Ciências.....	15
Como as ciências naturais evoluíram através dos tempos.	16
Ciclos biogeoquímicos – água, nitrogênio, oxigênio e carbono na biosfera.	16
Desenvolvimento sustentado – relações entre ecologia, economia e educação ambiental.	21
Relações entre tipos de poluição, ecossistemas urbanos, energia e meio ambiente.....	21
Elementos químicos – usos tecnológicos e papel que desempenham na nutrição e saúde humana.....	22
Transformações físicas e químicas das substâncias	23
O corpo humano – importância e funções do esqueleto, sistema nervoso e sistema circulatório	27
Os órgãos do sentido – audição, visão, paladar e olfato	46
A física e o cotidiano – Noções sobre mecânica (distância, velocidade, movimento, aceleração).....	57
Noções sobre termologia.....	95
óptica.....	118
eletricidade	152
Exercícios.....	175
Gabarito.....	181

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.

(B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.

**LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI**
PREÂMBULO

Nós, Vereadores, representantes do Povo de São João de Meriti, constituídos em Poder Legislativo Orgânico deste Município, reunidos em Câmara Municipal, investidos nas atribuições previstas nos artigos 29 da Constituição da República Federativa do Brasil e 342 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte

LEI ORGÂNICA:

TÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES PERMANENTES****CAPÍTULO I****DA ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO****SEÇÃO I****DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS**

Art. 1º - O Município de São João de Meriti integra a união indissolúvel da República Federativa do Brasil e tem por fundamentos:

- I. A Autonomia;
- II. A Cidadania;
- III. A dignidade da pessoa humana;
- IV. Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V. O Pluralismo Político.

Art. 2º - Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição Federal, da Constituição Estadual e desta Lei Orgânica.

Parágrafo Único - A ação municipal desenvolve-se em todo o seu território, sem privilégio de distritos ou bairros, reduzindo as desigualdades regionais e sociais, promovendo o bem-estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, cor, sexo, religião, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 3º - São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Art. 4º - O Município, visando a integrar a organização, planejamento e execução de funções de interesse regional comum, pode associar-se aos demais Municípios limítrofes ou ao Estado, por tempo determinado, apresentando justificativa técnico-social, "ad referendum" da Câmara Municipal.

Parágrafo Único - A defesa dos interesses municipalistas fica assegurada por meio de associação ou convênio com outros Municípios ou entidades.

Art. 5º - São símbolos do Município de São João de Meriti a Bandeira, o Brasão e o Hino.

SEÇÃO II**DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA**

Art. 6º - O Município de São João de Meriti, unidade territorial do Estado do Rio de Janeiro, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno integrante da Federação, com autonomia política, administrativa e financeira, é organizado e regido pela presente Lei Orgânica, na forma da Constituição Federal e da Constituição Estadual.

§ 1º - O Município compõe-se dos Distritos de : 1º Distrito – São João de Meriti; 2º Distrito – São Mateus; 3º Distrito – Coelho da Rocha, e o 4º Distrito – Araruama.

§ 2º - O Município de São João de Meriti tem sua sede em Vilar dos Teles. (Alterado pela emenda 017)



Fundamentos da Educação

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I Da Educação

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

TÍTULO II Dos Princípios e Fins da Educação Nacional

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extraescolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)
- XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)
- IV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

TÍTULO III Do Direito à Educação e do Dever de Educar

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)



Conhecimentos Específicos - Língua Portuguesa

Prezado candidato, o tema supracitado foi abordado na matéria de “Língua Portuguesa”.

Não deixe de conferir!

Bons estudos!



Variação linguística

— Definição

A língua é a expressão básica de um povo e, portanto, passa por mudanças conforme diversos fatores, como o contexto, a época, a região, a cultura, as necessidades e as vivências do grupo e de cada indivíduo nele inserido. A essas mudanças na língua, damos o nome de variações ou variantes linguísticas. Elas consistem nas diversas formas de expressão de um idioma de um país, tendo em vista que a língua padrão de uma nação não é homogênea. A construção do enunciado, a seleção das palavras e até mesmo a tonalidade da fala, entre outras características, são considerados na análise de uma variação linguística.

Confira a seguir os quatro tipos de variantes linguísticas existentes.

— **Variações sociais (diastráticas)**: são as diferenças relacionadas ao grupo social da pessoa que fala. As gírias, por exemplo, fazem parte da linguagem informal dos grupos mais jovens. Assim como ocorre com os mais novos.

— **Os jargões de grupos sociais específicos**: outras turmas têm seu vocabulário particular, como é o caso dos capoeiristas, por exemplo, no meio dos quais a expressão “meia-lua” tem um significado bem diverso daquele que fará sentido para as pessoas que não integram esse universo; o mesmo ocorre com a expressão “dar a caneta”, que, entre os futebolistas é compreendida como um tipo de driblar o adversário, bem diferente do que será assimilado pela população em geral.

— **Os jargões profissionais**: em razão dos tempos técnicos, as profissões também têm bastante influência nas variantes sociais. São termos cuja utilização é restrita a um círculo profissional. Os contadores, por exemplo, usam os termos “ativo” e “passivo” para expressar ideias bem diferentes daquelas empregadas pelas pessoas em geral.

— **Variações históricas (diacrônicas)**: essas variantes estão relacionadas ao desenvolvimento da história. Determinadas expressões deixar de existir, enquanto outras surgem e outras se transformam conforme o tempo foi passando. Exemplos:

— **Vocabulário**: a palavra defluxo foi substituída, com o tempo, por resfriado; o uso da mesóclise era muito comum no século XIX, hoje, não se usa mais.

— **Grafia**: as reformas ortográficas são bastante regulares, sendo que, na de 1911, uma das mudanças mais significativas foi a substituição do ph por f (pharmácia – farmácia) e, na de 2016, a queda do trema foi apenas uma delas (bilíngüe – bilingue).

— **Variações geográficas (diatópicas)**: essa variante está relacionada com a região em que é gerada, assim como ocorre o português brasileiro e os usos que se fazem da língua portuguesa em Angola ou em Portugal, denominadas regionalismo. No contexto nacional, especialmente no Brasil, as variações léxicas, de fonemas são abundantes. No interior de um estado elas também são recorrentes.

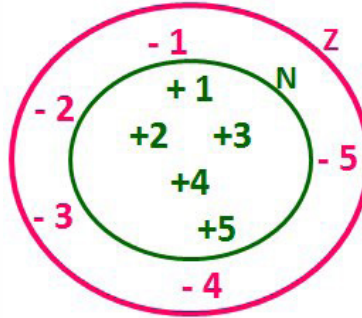
— **Exemplos**: “abóbora”, “jerimum” e “moranga” são três formas diferentes de se denominar um mesmo fruto, que dependem da região onde ele se encontra. Exemplo semelhante é o da “mandioca”, que recebe o nome de “macaxeira” ou mesmo de “aipim”.

— **Variações situacionais (diafásicas)**: também chamadas de variações estilísticas, referem-se ao contexto que requer a adaptação da fala ou ao estilo dela. É o caso das questões de linguagem formal e informal, adequação à norma-padrão ou descaso com seu uso. A utilização de expressões aprimoradas e a obediência às



Conjunto dos números inteiros - z

O conjunto dos números inteiros é a reunião do conjunto dos números naturais $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots, n, \dots\}$, $(N \subset Z)$; o conjunto dos opostos dos números naturais e o zero. Representamos pela letra Z.



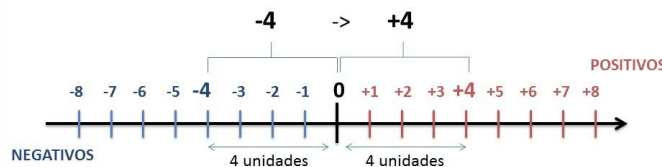
$N \subset Z$ (N está contido em Z)

Subconjuntos:

Símbolo	Representação	Descrição
*	Z^*	Conjunto dos números inteiros não nulos
+	Z_+	Conjunto dos números inteiros não negativos
* e +	Z^*_+	Conjunto dos números inteiros positivos
-	Z_-	Conjunto dos números inteiros não positivos
* e -	Z^*_-	Conjunto dos números inteiros negativos

Observamos nos números inteiros algumas características:

- **Módulo:** distância ou afastamento desse número até o zero, na reta numérica inteira. Representa-se o módulo por $| |$. O módulo de qualquer número inteiro, diferente de zero, é sempre positivo.
- **Números Opostos:** dois números são opostos quando sua soma é zero. Isto significa que eles estão a mesma distância da origem (zero).



Somando-se temos: $(+4) + (-4) = (-4) + (+4) = 0$

Operações

- **Soma ou Adição:** Associamos aos números inteiros positivos a ideia de ganhar e aos números inteiros negativos a ideia de perder.



Conhecimentos Específicos - História

O ano de 1453 é um dos marcos para o fim da Idade Média e passagem para a Idade Moderna, quando a cidade de Constantinopla é conquistada pelos turcos, liderados pelo sultão Maomé II. A queda da cidade e não significou a mudança total dos modos de vida e da organização social da Europa no ano seguinte. A divisão da História em períodos pode gerar uma certa confusão, já que falar que houve a mudança da mentalidade na transição entre os dois períodos não é um acontecimento uniforme, mas que ocorreu de maneira diferenciada e em épocas diferenciadas.

Sendo a história uma ciência que estuda a experiência humana, é óbvio que compartimentar o conhecimento simplifica fenômenos que são complexos.

No entanto, para refletir sobre o passado para tentar entender o presente e preparar para o futuro; é fundamental dividir o tempo para sistematizar e organizar a análise.

Assim, embora nem sempre seja possível categorizar o objeto do estudo dentro do âmbito de um tempo específico, o historiador é sempre forçado a trabalhar com períodos para organizar seus estudos.

Por outro lado, está realidade complexa que precisa ser transformada em discurso para que possamos discuti-la, sempre gera confusão na hora de delimitá-la em períodos.

O estudante brasileiro possui dificuldade em localizar cada era na linha do tempo, fica perdido nas datas e fatos que simbolizam cada época.

Periodização na História

A cronologia é a ciência da contagem do tempo, permitiu elaborar os calendários e, por sua vez, organizar o trabalho humano, possibilitando a evolução da espécie.

A divisão cronológica da história, tal como conhecemos hoje, foi desenvolvida a partir do século XIX.

Visava facilitar o estudo das ações do homem através dos tempos, sendo baseada então no calendário cristão, uma vez que foi criada a partir da cultura europeia Ocidental greco-romana.

Obviamente, o tempo passou a ter como marco zero o nascimento de Cristo, ou ao menos o ano que se supunha Jesus teria nascido.

É interessante ressaltar que outras culturas possuem diferentes marcos iniciais para o início de seu calendário.

Os gregos antigos tinham como ponto de partida os primeiros jogos olímpicos, os romanos a mítica fundação da cidade de Roma.

Os muçulmanos ainda contam o tempo a partir da data da fuga de Maomé da cidade de Meca para Medina, o que aconteceu no ano 622 pelo nosso calendário, o que faz com que eles estejam muito atrás do ano 2.000, seiscentos anos.

Igualmente, os chineses e judeus também contam o tempo diferente do mundo Ocidental.

De qualquer forma, o calendário cristão dividiu o tempo em séculos, períodos de cem anos.



Conhecimentos Específicos - Geografia

A EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA E O ENSINO FUNDAMENTAL¹

A Geografia, na proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais², tem um tratamento específico como área, uma vez que oferece instrumentos essenciais para a compreensão e intervenção na realidade social. Por meio dela podemos compreender como diferentes sociedades interagem com a natureza na construção de seu espaço, as singularidades do lugar em que vivemos, o que o diferencia e o aproxima de outros lugares e, assim, adquirir uma consciência maior dos vínculos afetivos e de identidade que estabelecemos com ele.

Também podemos conhecer as múltiplas relações de um lugar com outros lugares, distantes no tempo e no espaço e perceber as relações do passado com o presente.

O documento de Geografia propõe um trabalho pedagógico que visa à ampliação das capacidades dos alunos do ensino fundamental de observar, conhecer, explicar, comparar e representar as características do lugar em que vivem e de diferentes paisagens e espaços geográficos.

Caracterização da Área de Geografia

Geografia no Ensino Fundamental

A produção acadêmica em torno da concepção de Geografia passou por diferentes momentos, gerando reflexões distintas acerca dos objetos e métodos do pensar e fazer geográfico. De certa forma, essas reflexões influenciaram e ainda influenciam muitas práticas de ensino.

O estudo do pensamento e da produção geográfica brasileira revela a necessidade de explicitar duas questões básicas. A primeira é o fato de a Geografia ter métodos que lhe são próprios. A segunda é definir o momento em que a Geografia passou a integrar o corpo disciplinar na academia, constituindo um ramo específico de pesquisa e do conhecimento científico.

A Geografia pode ser encontrada já num primeiro momento nos discursos do Estado, do Exército e mesmo como parte dos currículos escolares. A fundação do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, e a inclusão da Geografia como disciplina, foi parte importante de sua trajetória. O professor Delgado de Carvalho teve grande importância para garantir à Geografia um espaço no campo do saber escolar.

Num segundo momento, a Geografia marcou o ensino pela criação do curso superior paralelamente à fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e do Departamento de Geografia em 1934. Nessa ocasião, professores oriundos da França, como Pierre Monbeig, Defontaine, com forte influência da escola de Vidal de La Blache, corroboraram esta tradição no Brasil.

1 Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: geografia / Secretaria de Educação Fundamental*. Brasília: MEC/ SEF, 1998. 156 p. 1. *Parâmetros curriculares nacionais. 2. Geografia: Ensino de quinta a oitava séries. I. Título.*

2 Brasil. Secretaria de Educação Fundamental *Parâmetro curriculares nacionais: geografia / Secretaria de Educação Fundamental*. Brasília: MEC/ SEF, 1998. 156 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/geografia.pdf>.



Atualmente é crescente o interesse do estudo da linguagem em ciências por abordagens que evidenciem a interdisciplinaridade e a contextualização em sala de aula (FACHINI et al., 2013), entretanto, há um vasto caminho a percorrer, uma vez que, atividades desta natureza ainda representam confusões na compreensão das relações entre as interações e mais que isso, na construção de significados concretos numa perspectiva de aprendizagem significativa¹

As próprias Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio - DCNEM (BRASIL, 1998) agrupam a interdisciplinaridade e a contextualização como princípios organizadores do currículo. Nesses documentos, o objetivo é dar sentido ao objeto de ensino e o uso do cotidiano é recomendado para que se considere a prática como sendo as experiências vivenciadas pelos alunos ou vivências do próprio ambiente escolar (KATO; KAWASAKI, 2007).

Ricardo e Zylbersztajn (2008) afirmam, através de entrevistas com os elaboradores dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, que a interdisciplinaridade é uma necessidade em razão da contextualização do que se pretende ensinar a partir de situações próximas vividas pelos alunos.

Um dos problemas no trabalho da interdisciplinaridade em sala de aula está em relacionar as áreas de conhecimento ao objeto estudado sem distanciamento ou dissolução das disciplinas, o que torna o enfoque neste caso multidisciplinar e não interdisciplinar (RICARDO, 2005). O enfoque multidisciplinar é quando o objeto é estudado em perspectivas que não apresentam contextos de significação entre as disciplinas.

A interdisciplinaridade implica em integrações maiores de um determinado saber, no qual há uma re-composição dos conteúdos disciplinares com vista a superar os limites que impedem o avanço da investigação (RICARDO, 2005). No campo educacional torna-se uma importante estratégia para oferecer aos alunos condições de representações em diferentes contextos, a partir da utilização de seus conhecimentos na resolução de problemas que transcendem o enfoque disciplinar (SANTOMÉ, 1998).

Em relação à contextualização no ensino, apesar de seu princípio organizador em vários documentos curriculares oficiais recentes, “[...] o seu significado, para o ensino de um modo geral, não é atual, e tampouco, possui origem nesses documentos.” (KATO; KAWASAKI, 2011, p. 36).

A necessidade da contextualização, de acordo com Kato & Kawasaki (2011) veio no âmbito da educação formal, no qual os conteúdos escolares eram apresentados de forma fragmentada e sem relacionar-se com contextos de produção científica e social. Além disso, essa necessidade segundo Pierson et al. (2013) parte principalmente da atribuição de sentido aos signos do conteúdo escolar.

¹ Rafael Alves Ramos. Carmen Regina Parisotto Guimarães. *A Interdisciplinaridade e a Contextualização no Ensino de Biologia: uma Proposta de Abordagem Investigativa Sobre a Temática “O Que É Vida?”*. V Conedu. Congresso Nacional de Educação. https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD1_SA16_ID7897_10092018153655.pdf. .